

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A EDUCAÇÃO FEMININA PARA CHARLOTTE GILMAN: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE *HERLAND*

Anna Beatriz Esser dos Santos¹

Gilman vive, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, um período caracterizado por inúmeras transformações em diversos campos; a Inglaterra havia se tornado a primeira nação moderna e industrializada e passa por mudanças sociais e intelectuais, entre as quais podemos destacar a industrialização, a imigração, a concentração de riqueza nas mãos de apenas alguns (em grande parte devido à construção de linhas-férreas) e o surgimento do movimento sufragista (BERGMAN, 2017). A mecanização, que ganha cada vez mais terreno, e a conseqüente industrialização do mundo, marcam essa época única. A Revolução Industrial, que tinha começado no século XVIII com a invenção da máquina a vapor e as máquinas de fição e tecelagem, caracterizam todo este século. A segunda metade do século XIX é considerada por muitos historiadores como a era da vitória do liberalismo e da industrialização. Todavia, enquanto para uns a prosperidade da Grã-Bretanha era motivo de orgulho e convicção de superioridade sobre outros povos, noutros gerava uma “inquietação crítica que problematizava as conquistas da técnica e os benefícios materiais, e os confrontava com a perda de valores tradicionais, a desorientação moral, a desagregação dos modelos conhecidos” (FARIA, 1996, p. 463).

O cerne desta época é, a construção de uma imagem de família. A mulher vê, também, o seu papel sofrer alterações ao longo da era vitoriana. Segundo a mentalidade da época, o marido exerce poder sobre a mulher, limitando a possibilidade de intervenção na vida social e política (HOUGHTON, 1957, p. 348). A maternidade é, deste modo, tradicionalmente considerada como o papel social principal da mulher.

Nos Estados Unidos em que Gilman cresceu, a crença não era diferente. Seu pai abandona o lar ainda quando era criança, o que a fez passar por uma infância empobrecida e tendo educação formal durante pouco tempo. Como sua mãe tinha dificuldade de sustentar a família sozinha, a família contava com a ajuda e a presença das tias do pai, a

¹ Mestre e Doutora em História Comparada pelo PPGHC/UFRJ (Programa de pós-graduação em História Comparada). Professora Assistente da Universidade Iguazu (UNIG). Email: annaesser@hotmail.com.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sufragista Isabella Beecher Hooker; da educadora Catherine Beecher; e de Harriet Beecher Stowe, autora da *Cabana do Pai Tomás*.

Ao longo do período em que Gilman viveu, o movimento pela reivindicação do voto feminino passa a se organizar mais fortemente. Politicamente, muitas feministas acreditam que, numa sociedade cooperativa baseada em princípios econômicos socialistas, as mulheres terão uma posição social e profissional mais ativa. Em 1848, um grupo de ativistas abolicionistas formado por homens e mulheres e liderados por Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, se reuniu para discutir os direitos femininos, concluindo que as mulheres deveriam ser indivíduos independentes e merecedores de suas próprias identidades políticas (DAVIS, 2016).

O movimento das mulheres começou a crescer e passou a abordar a questão das barreiras sociais e institucionais existentes, tais como as responsabilidades familiares, as poucas oportunidades educacionais e econômicas e a completa falta de poder e voz na esfera política. Em 1890 se formou a Associação Americana Nacional para o Sufrágio da Mulher (NAWSA) (BAKER, 2002, p. 3).

Antes de 1910, apenas quatro Estados americanos haviam concedido às mulheres o direito de voto: Wyoming (1896), Colorado (1893), Utah (1896) e Idaho (1896). A pressão feita pela NAWSA foi intensificada entre os anos de 1910 e 1914, conseguindo a expansão de tal direito para Washington, Califórnia, Arizona, Kansas e Oregon (Davis, 2016). Em 1916, a NAWSA lançou um novo projeto visando o voto universal: uma campanha com o objetivo de mobilizar organizações a favor do sufrágio universal por todo o país. Em 1917, o Presidente Wilson recomendou o Congresso a aprovar a emenda de inclusão do direito de voto da mulher, mas tal ação coincidiu com a decisão de intervenção na Primeira Guerra Mundial. Assim, a medida para garantir às mulheres o direito de votar teve que esperar o encerramento da guerra para que fosse aprovada e, em 26 de agosto de 1920, a Emenda 19 à Constituição americana foi ratificada, e a concessão às mulheres do direito de votar assegurada.

No entanto, a concretização do direito de voto não foi suficiente para conceder igualdade política nos Estados Unidos. Sancionar a Emenda 19 foi uma enorme vitória para o movimento do direito das mulheres, não pondo, porém, fim à luta pela garantia de igual participação política feminina (THÉBAUD, 1991, p. 38). Este conflito torna-

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se perceptível no Congresso, onde as congressistas pioneiras estavam de fora da estrutura política partidária. Elas, constantemente, enfrentavam preconceito institucional, ao mesmo tempo que tentavam ultrapassar obstáculo da dependência de seus maridos ou pais para lhes assegurar suas posições políticas.

A Primeira Guerra Mundial, apesar de atrapalhar o sufrágio feminino nos EUA, passa a ser, na Europa, um impulsionador da emancipação feminina devido à falta de mão-de-obra, o que conduz ao emprego feminino, abolindo, de certa forma, os papéis sexuais tradicionais. A mão-de-obra feminina torna-se tão importante que, no Outono de 1915, surgem as primeiras circulares ministeriais incentivando os industriais ingleses a empregar as mulheres nas funções que fossem possíveis (THÉBAUD, 1991). Neste contexto, e com o esforço notório das sufragistas no decorrer da Primeira Guerra Mundial, as mulheres da Inglaterra alcançam o reconhecimento público do direito ao voto, que lhes é concedido em 1918, embora com restrição etária, pois só as mulheres com idade igual ou superior a trinta anos podem usufruir de tal direito. Contudo, uma década mais tarde (1928), as mulheres com idade superior a vinte e um anos alcançam o direito ao voto.

Neste efervescer de mudanças surgem as *New Woman*², termo usado no início do século XX para descrever a nova mulher que, aos poucos, se impõe na sociedade, pois cada vez as mais jovens frequentam escolas, têm uma profissão e vivem independentemente em apartamentos na cidade. A *New Woman* é uma mulher jovem, oriunda da classe média e quase sempre solteira. Esta mulher caracteriza-se, igualmente, pela sua cultura, pois tem acesso à educação. Neste sentido, apresenta-se como um ser economicamente independente, não só em relação ao pai, mas também ao marido, sobrevivendo do seu próprio salário. Revela costumes e hábitos emancipados, pertence a clubes femininos e luta pela igualdade das mulheres em relação aos homens (CAINE, 1997, p. 135).

Gilman retrata a *New Woman* em alguns dos seus textos, em especial em *Herland*, um mundo gerido única e exclusivamente por mulheres. Neste âmbito de mudanças significativas relativamente à posição e ao papel da mulher na sociedade. Neste contexto,

²Cunhado inicialmente por Sarah Grand em sua obra "The New Aspect of the Woman Question," publicada na revista literária *North American Review* em 1894. O termo foi popularizado para descrever o crescimento da mulher feminista, educada, e de carreira independente na Europa e nos Estados Unidos. Cf. (BROWN, CLEMENTS e GRUNDY, 2006).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Gilman se posicionam como defensora dos novos ideais, no que tange a liberdade feminina e à necessidade de uma igualdade entre homens e mulheres. Tendo como pano de fundo as suas extraordinárias experiências de vida no seio de um sistema regido por valores majoritariamente masculinos, Gilman redefine o papel da mulher, declarando a necessidade do estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas da vida. Na sua opinião, a mulher deve ser uma pensadora livre e bem-educada, inteligente, bem informada, criadora e mensageira das suas próprias ideias. Além disso, deve ser economicamente auto-suficiente, socialmente independente e politicamente ativa. Deve partilhar as oportunidades, os deveres e as responsabilidades do local de trabalho com os homens.

Herland (GILMAN, 2018) é escrito em meio à Primeira Guerra Mundial, quando a mulher, em especial a da classe média, passa a deixar o lar e a mostrar as suas capacidades, características, potencialidades e qualidades, sendo o conflito, desse modo, o trampolim para a principal transformação da mulher. Deste modo, Gilman aproveita o palco desse evento conflituoso de dimensão mundial para inverter os papéis, tal como acontece na Europa. E assim, enquanto as mulheres lutam pelo direito ao voto e pela possibilidade de exprimirem as suas opiniões, Gilman projeta em *Herland* uma comunidade gerida por mulheres com aspectos que superam profundamente a sociedade governada por homens que impossibilitam a participação feminina no plano político.

Gilman constrói uma sociedade totalmente feminina, desenvolvendo uma distopia que relata uma região onde mulheres teriam ficado por mais de dois mil anos geograficamente afastada de homens (inclusive, tendo conseguido gerar bebês de maneira autônoma e espontânea).

Esta obra tem sido considerada de importância significativa na escrita de Gilman, despertando a crítica para o fato de as diferenças entre homens e mulheres e os estereótipos associados a cada um desses elementos estarem de tal forma enraizados nas mentes das pessoas que as mesmas os consideram integrantes de sua vida social.

A narrativa de *Herland* é centrada no olhar de um homem, o sociólogo Vandyck Jennings, um dos cativos, que conduz a leitura pela descoberta de um país exclusivo de mulheres junto com seus companheiros de viagem, Jeff Margrave e Terry O. Nicholson.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O que vemos, ao longo do livro é a perspectiva dos viajantes pelos diversos cantos e peculiaridades da terra de mulheres.

Herland é um lugar perfeito onde anulam-se as noções preconcebidas da distinção homem/mulher e exalta-se o ser feminino. Assim sendo, a mulher, um ser tão comumente apelidado de frágil e preso a visões estereotipadas, surge, em *Herland*, como o elemento catalisador da mudança, demonstrando a sua capacidade de usufruto das suas potencialidades. Nesta sociedade ideal, as mulheres são tão capazes como qualquer homem de desempenhar tarefas normalmente realizadas por membros do sexo masculino e participar, dessa forma, ativamente na vida social.

Para Gilman, a emancipação das mulheres é um passo para a emancipação humana e não um fim em si mesmo, constituindo um veículo para a liberdade de todos os seres humanos (LANE, 1990, p. 232). É nesta lógica que despontam os termos de liberdade e de igualdade que, para Gilman, se inter-relacionam quando reportados à esfera humana. Gilman considera que os membros do sexo feminino devem assumir na sociedade uma posição de igualdade em relação aos homens, sendo percebidos e tratados sobretudo como cidadãos.

Gilman defende a ideia de que se cada mulher tiver de se entregar ao lar e à família, não poderá desempenhar outra atividade e, assim, tornar-se economicamente independente. Por outro lado, se houver pessoas especializadas e vocacionadas para a educação das crianças, as outras mulheres ficarão mais livres para realizar outras tarefas. Este envolvimento na vida pública produzirá, igualmente, resultados para toda a comunidade e, deste modo, cada mulher poderá ser um membro ativo e integrante da sociedade.

A capacidade de educar crianças é uma das características consideradas importante para essas mulheres. Nesta sociedade, a educação é entendida como um dos pilares da construção social, sendo as crianças o milagre daquela sociedade, logo, o “maior tesouro da nação” (GILMAN, 2018, p. 113) e que precisam obter a melhor educação possível:

(...) a educação de uma criança se tornou para nós uma cultura estudada com tanta profundidade, praticada com tanta sutileza e habilidade, que, quanto mais amamos nossas filhas, menos dispostas estamos a confiar esse processo a mãos inaptas, mesmo que sejam as nossas. (GILMAN, 2018, p. 94)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim, todas as mulheres trabalham ativamente e possuem um trabalho especializado, não sendo a maternidade e a educação das crianças barreiras que as impeçam de atingir liberdade nesse sentido.

As crianças de *Herland* são educadas no sentido da aquisição de autocontrole e independência, através das viagens pelo país e por manter contato direto com a realidade, as pessoas e a natureza. Deste modo, o campo de aprendizagem das crianças não se limita, à escola, pois em *Herland* não existem escolas. Tudo é pensado para a educação. Como as crianças são a coisa mais importante da sociedade, são a esperança de manutenção desta, todos os momentos e locais são pensados para estimular e educar as crianças. Em *Herland* se pensa uma educação para a vida:

(...) enquanto nossas crianças cresciam em suas próprias casas e em meio à família, com todo o esforço feito para protegê-las e afastá-las do perigo do mundo, ali elas cresciam num mundo amistoso e vasto, que reconheciam como seu, desde sempre. (GILMAN, 2018, p. 114)

Em *Herland* não existe propriedade privada, tudo que é produzido e todo o espaço pertence à todas as habitantes, sendo partilhado de forma equitativa. As crianças também não são de posse de seus pais. Isso se reflete na forma como as crianças são educadas pela comunidade. Estabelece-se a diferença cultural entre o público e o privado: para a cultura ocidental, a educação das crianças é uma tarefa privada, isolada e quase exclusivamente feminina; para as herlanders é uma tarefa pública, comunitária e da responsabilidade de especialistas no ramo, mas parte de toda a sociedade. Gilman destaca a importância da comunidade para a educação das crianças:

A criança entrava em um vasto campo, no qual a maternidade era a principal contribuição pessoal para a vida nacional, e todo o resto os indivíduos compartilhavam em sua atividade comum. Toda garota com que eu falava, desde que não fosse um bebê, estava determinada e animada quanto ao que seria quando crescesse. (GILMAN, 2018, p. 115)

A educação em *Herland* é natural e as crianças não chegam a tomar consciência do processo. É uma educação para a cidadania e para os valores humanos. O objetivo é estimular as preferências das crianças, de modo a que se especializem em determinada tarefa. Não há discriminação entre os cargos na sociedade, todas as funções são valorizadas e vistas com sua devida importância. No entanto, as crianças nunca deixam de estar motivadas para o conhecimento, de um modo geral, e este poderá ocorrer em qualquer situação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As crianças de *Herland* parecem aprender novos conhecimentos e novas habilidades em cada fase e momento da vida naquela sociedade. E não só as crianças aprendem, mas também os adultos. A partir do momento que os homens ficam cativos e presos, eles passam a ser educados àquela sociedade, e são lentamente integrados ao idioma e à cultura, mas também se tornam eles fonte de aprendizado para as mulheres. Após o período de adaptação e aprendizado da língua os homens passam de cativos a participantes (vigiados) da sociedade.

Existe uma relação de confiança conquistada (e, conseqüentemente, de maior liberdade) a cada fase assimilada pelos viajantes. Percebe-se, assim, que a educação em *Herland* apresenta traços das teorias do desenvolvimento humano³, já que situa os membros daquele grupo em seu contexto sociocultural. O desenvolvimento dos viajantes ao processo educacional deriva de suas interações sociais com as mulheres que compartilham seus significados culturais. Deste modo, os homens passam a internalizar esses significados culturais, construir conhecimento em relação com o meio ambiente.

Nesta obra, percebe-se também aspectos construtivistas⁴ sobre o processo de aprendizagem, já que as mulheres de *Herland* envolvem a todos (tanto os membros da sociedade quanto os viajantes) no processo de aprendizagem. Além disso, com constância, as mulheres facilitadoras do processo educacional checam com os viajantes como eles se sentem, o que eles aprendem e como eles se percebem naquele espaço.

Com a leitura desta utopia de Gilman, se verifica, de modo geral, a exaltação das capacidades das mulheres que são, normalmente, visionadas como seres sensíveis e dependentes. Estes aspectos são questionados nesta obra, pois as mulheres são descritas como seres autonomamente capazes de realizarem tarefas que, segundo os ideais patriarcais, só seriam passíveis de serem desempenhadas por membros do sexo masculino.

Referências Bibliográficas:

³ As diversas teorias do desenvolvimento buscaram demonstrar, sob perspectivas diferentes, os processos do desenvolvimento e as possíveis variações de acordo com a interferência de questões emocionais, sociais, culturais. Cf. (VYGOTSKY, 1989).

⁴ Construtivismo é uma teoria sobre a origem do conhecimento que considera que a criança passa por estágios para adquirir e construir o conhecimento. Cf. (PIAGET, 1972).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BAKER, Jean. *Votes for women: the struggle for suffrage revisited*. New York: Oxford University Press, 2002.

BERGMAN, Jill. *Charlotte Perkins Gilman and a woman's place in America*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2017.

BROWN, Susan; CLEMENTS, Patricia; GRUNDY, Isobel. Sarah Grand. Overview screen within Orlando: Women's Writing in the British Isles from the Beginnings to the Present. Cambridge: Cambridge University Press Online, 2006. Disponível em: orlando.cambridge.org. Acesso em: 10 de março 2021.

CAINE, Barbara. *English Feminism: 1780-1980*. New York: Oxford University Press, 1997.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, Luísa L. *Sociedade e Culturas Inglesas*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

GILMAN, Charlotte P. *Herland – A terra das Mulheres*. São Paulo: Via leitura, 2018.

HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind: 1830-1870*. New Haven and London: Yale University Press, 1957.

LANE, Ann J. *To "Herland" and Beyond -The Life and Work of Charlotte Perkins Gilman*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1990.

PIAGET, Jean. Development and learning. In: LAVATELLY, C. S.; STENDLER, F. *Reading in child behavior and development*. New York: Hartcourt Brace Janovich, 1972.

THÉBAUD, Françoise. "A Grande Guerra: O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, v. V. O século XX, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.